

O ESTADO COMO IMPROVISO: a população em situação de rua e a COVID-19

Luciane Soares da Silva

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Yann Almeida Belmont Paula

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

RESUMO

Neste artigo trataremos das formas de interação entre a população em situação de rua em Campos dos Goytacazes no Norte Fluminense e a Prefeitura Municipal. Nosso trabalho de campo foi realizado a partir de entrevistas, análise documental e idas ao Hospital Manoel Cartucho (transformado em abrigo provisório para esta população durante a pandemia). Nossas reflexões partiram de temas como biopoder, estigma e má fé da instituição para dar conta dos objetivos da pesquisa. Nossas análises concluem que as respostas dadas pelo poder público são marcadas pela desconfiança, improviso e formas classificatórias estigmatizantes.

Palavra-chave: População em situação de rua. Estado. Pandemia. Biopoder.

THE ESTATE AS AN IMPROVISATION: the homeless and COVID-19

ABSTRACT

In this article we will deal with the forms of interaction between the homeless population in Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro and the City Hall. Our fieldwork was carried out through interviews, documentary analysis and visits to Hospital Manoel Cartucho (transformed into a temporary shelter for this population during the pandemic). Our reflections started from themes such as biopower, stigma and bad Faith of the institution to account for the research objective, our analyzes conclude that the answers given by the public power are marked by distrust, improvisation and stigmatizing forms.

Keyword: Homeless population. State pandemic. Biopower.

Recebido em: 22/06/2020

Aceito em: 27/07/2020

INTRODUÇÃO

“ O ar da cidade liberta¹”

“Seu Osmar, seu Osmar! Por que vocês estão tão juntinhos na fila? Aí ele me disse: professora, não dá para ficar separado como o pessoal quer que a gente faça não. Se não chega um, fura fila e dá uma briga. Eu tenho até medo de dar morte aqui! De um pegar um pau e dar na cabeça do outro porque, porque se ficar separado o pessoal fura – quem tá lá atrás vem para frente²”.

Este artigo abordará esta relação a partir de um ponto muito específico. Como uma pandemia global pode alterar os ritmos, rotinas e fluxos de uma cidade de médio porte no sudeste do Brasil? Como um microcosmos específico serve à construção de uma investigação sociológica que possibilita compreendermos representações sociais em co-presença, formas de interação e classificação de grupos e o estabelecimento (ou intensificação) de linhas divisórias que separam normais e estigmatizados, na terminologia empregada por Erving Goffman em seu célebre estudo *Estigma* em 1963?

No mês de março como uma das ações da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, um hospital desativado, administrado pela Santa Casa de Misericórdia de Campos, foi cedido como espaço de abrigo provisório para população em situação de rua que na cidade, orbita em aproximadamente 200 pessoas. No dia 03 de abril de 2020 realizamos nossa terceira ida ao hospital Manoel Cartucho, uma construção gigantesca, antiga e com grande parte de sua área física fora de funcionamento.

Enquanto escutávamos as impressões dos moradores ali presentes sobre café da manhã, almoço, camas, horários de saída e entrada, uma infinidade de relatos acendeu uma luz vermelha: como seria pensar uma população que não é interna a uma instituição total em uma pandemia e coordenada sob o signo do improviso e da doação em uma cidade que tem vivido dos royalties do petróleo?

A partir de observação de campo, entrevistas e análise documental, este artigo problematiza as relações entre esta população em situação de rua, agentes do Estado e sociedade civil (um comitê formado por professores, assistentes sociais, representantes de conselhos assistenciais, estudantes e população). Ao descrever uma situação social nova: a ocupação de um hospital desativado para abrigagem de indivíduos que vivem em situação de rua na cidade de Campos dos Goytacazes no Norte Fluminense, objetiva-se discutir como esta condição opera um tipo de classificação social estigmatizante e de que forma estas informações serão essenciais na

¹ Ditado alemão sobre a oposição entre cidade e campo durante a Idade Média. A cidade aparece no imaginário camponês como lugar de liberação do jugo senhorial.

² Extrato de entrevista com professora Leda Barros (UFF-Campos dos Goytacazes) relatando a grande aglomeração em convento da cidade que teve o número de atendidos quadruplicado com a pandemia.

relação entre os grupos. Para além desta perspectiva micro sociológica, a descrição destas relações em um espaço de semiconfinamento possibilita reflexões sobre as respostas dadas pelo Estado diante de um cenário de crise. Crise intensificada por quadros anteriores de sucateamento de áreas essenciais como saúde e assistência social. Neste artigo interessam menos as histórias de vida particulares dos abrigados no hospital Manoel Cartucho e o foco recai sobre a relação entre o grupo, a Prefeitura e as representações dos agentes sociais envolvidos no processo de abrigagem durante a pandemia.

A pandemia global instituída a partir do COVID-19 será apresentada localmente, sendo esta decisão considerada metodologicamente mais eficaz do que um panorama geral. Isto porque a arena pública de informações e contra-informações é ela própria, passível de distanciamento a considerar que descrevemos um tempo presente que é dinâmico quanto a sua forma de apresentação. Seja pelas descobertas científicas diárias, a subnotificação quanto aos casos, as decisões nacionais que são anunciadas e alteradas em menos de 24 horas. No entanto, enquanto experiência diária, tendo como unidade básica de observação um município, podemos recortar instituições de acolhimento enquanto espaços privilegiados de observação. Isto porque a ordem global de isolamento exige do poder público uma ação de intervenção sobre aqueles que não possuem ou não desejam, estar no espaço privado da casa.

Foto 1: A pandemia ou das formas de fazer viver e deixar morrer



Fonte: População dormindo no chão no Abrigo Manoel Cartucho

O que temos assistido ao longo do século XX e início do século XXI é o reconhecimento das formas pelas quais a humanidade superou doenças e como o desenvolvimento científico foi fundamental na operação dos processos descritos por Michel Foucault sob o tema “fazer viver”. Mas certamente o acesso à saúde não foi sanado em boa parte dos países ocidentais, sendo o nosso Sistema Único de Saúde (SUS) uma referência (mesmo quando sucateado) de universalização ao acesso para populações que não teriam como arcar com os custos de um plano privado de saúde.

O estudo sobre esta população durante a pandemia do COVID-19 possibilita retomar o conceito de biopolítica em Foucault. A forma como esta população ocupa o território (praças,

rodoviária, centro da cidade) e torna-se alvo dos reformadores sociais (religiosos, pesquisadores, organizações civis, etc) possibilita a disputa que se instaura quando a ação da Prefeitura “recolhe” estes indivíduos e os concentram em um hospital improvisado para esta finalidade. A partir deste momento as narrativas sobre esta população, suas condições de existência e formas de tratamento, terá lugar no debate público municipal. Particularmente como resultado da pandemia, todos os aspectos destas vidas tomam novos contornos: onde dormem, o que comem, se têm médicos, como ocupam seu tempo livre e como farão suas movimentações pela cidade. Estes corpos antes espalhados e considerados de “pouca valia” para sociedade abrangente podem agora levar “a peste” e por esta razão precisam ser não só observados mas contidos em um espaço de controle. Exatamente neste ponto reside a possibilidade de reflexão sobre os conceitos de biopoder e biopolítica. Quais são as possibilidades de produzir um discurso sobre esta população que assegure aos seus habitantes que o Estado (neste caso detendo o poder de dividir, somar, organizar, remodelar) tem controle sobre os fluxos de movimentação populacional? E como a instauração deste abrigo provisório pode ocorrer sob observância das condições de higiene e assistência necessárias aos abrigados? Quais protocolos deverão ser seguidos? E que informações devem ser dadas a imprensa, ao Ministério Público, ao órgãos de fiscalização? A partir do Abrigo Manuel Cartucho toda uma gama de questões sobre saúde, assistência, renda, lazer, afeto e família serão mobilizados cotidianamente nas mídias locais, redes sociais e veículos formais da Prefeitura

A pandemia que se instaura a partir da China em janeiro de 2020 e tem neste momento no Brasil a marca de aproximadamente 2 milhões de casos confirmados, se constitui em um caso importante para aliar áreas de pouco diálogo interno. Falamos aqui das ciências duras, da vida e humanas. Se por um lado a cura para a COVID-19 alça a um plano principal as pesquisas médicas, por outros, as populações mais vulneráveis vivem sob registros nem sempre explorados corretamente por estas áreas. Isto porque sobre estas populações os processos de estigmatização ocorrem de forma intensa, propiciando comportamentos que visam afastar, eliminar ou punir estes grupos. Me refiro aqui a população em situação de rua. E ao fato de que os indicadores de desigualdade no Brasil e as formas da prática médica³ contribuíram ao longo do século XX para cristalização de um fosso entre população, acesso à saúde integral e medicina.

Em março deste ano, quando a pandemia ainda não era uma realidade, realizamos uma saída ao centro da cidade de Campos dos Goytacazes com o objetivo de avaliar a situação dos moradores que residem na praça e imediações. Ainda existia certo desconhecimento da letalidade

³A criação das Faculdades de Medicina³ no Brasil foi tardia, ocorrendo apenas com a chegada de D. João VI em 1808. A preocupação dos primeiros estudiosos, ocupava-se mais com temas de medicina legal e em como “curar um país doente”. O importante aqui é compreender como a relação entre povo e doença é estabelecida em pesquisas que advogavam os males sustentados no sangue que era apresentado enquanto raça. Ou melhor, cruzamento racial e degenerescência(idem).

do COVID-19 mas era perceptível que aquela população no entorno da praça estaria exposta. Professores, estudantes e ativistas locais tiveram como primeira proposta a locação de um espaço próximo que oferecesse equipamentos de higiene e alimentação. Esta escolha tornou-se impraticável e o anúncio do uso de um espaço para abrigo provisório foi feita no mesmo período pelo Poder Público Municipal:

As nossas experiências com as políticas anticovid-19 para as pessoas em situação de rua em Campos começa com uma visita ao Centro de Referência, o Centro Pop, no dia 24 de março de 2020. Batemos um papo com o coordenador do local, o Edilson, onde obtivemos informações que o abrigo provisório estaria sendo preparado e que a Prefeitura iria em breve recolher os moradores em situação de rua. Segundo a fala dele, o recolhimento poderia ser compulsório para aqueles que não aderissem ao recolhimento. Nós compomos um *Comitê de Crise* e fizemos nossa primeira visita ao local no dia 27 de março, às 10h00; fomos recebidos pelo subsecretário Marcos Soares e pela coordenadora Ane Caroline Cardoso, que nos mostrou o local ainda em período de adequação e nós vimos que nada, nada relacionado à estrutura estava pronto. Quando saímos recebemos a informação que tudo ficaria pronto para receber a população de rua que aceitarem a ficar no abrigo (T. 29 anos).

O depoente não será identificado mas relatou que o local era inadequado naquele momento para receber uma população tão específica.

Nossa segunda visita foi no dia 3 de abril de 2020, às 10h00. Nosso Comitê começou batendo um papo com os abrigados e recebemos falas muito honestas sobre o funcionamento do abrigo, reclamações relacionadas à falta de água, banheiros, pouca comida no café da manhã e até cancelamentos do horário das refeições nos abrigos. Logo em seguida o subsecretário Marcos Soares nos recebeu com um tom alterado em sua voz pedindo para que adiássemos a visita – pedido que nosso Comitê negou. “Depois disso fizemos a denúncia à Defensoria Pública (T. 29 anos).

A relação entre o Comitê e a Prefeitura chegou ao seu ponto máximo de desgaste no encontro posterior no qual o subsecretário agiu com truculência sobre o acesso de pessoas as dependências internas do Abrigo. Fomos impedidos após uma reportagem feita no Abrigo Manuel Cartucho, de entrar na área externa do hospital. Um café da manhã na sexta-feira Santa foi realizado na calçada. Com a participação de 25 internos.

Uma das moradoras da região central, acostumada a dialogar e colaborar com a população que transita perto de sua casa, somou-se ao Comitê e emitiu suas observações

O que eu percebi é que você chega num lugar daquele ali e existe um pacote fechado: quem tá ali é o morador da rua, o bêbado, é o violento, o preguiçoso. Porque ele está naquela situação porque escolheu isso! É uma repetição. O que eu vi lá naquele abrigo é isto. A situação ali parece ser apenas caridade e não uma situação que é direito dele (do abrigado) à saúde, alimentação, moradia. Não é um cidadão - é um estorvo. É alguém que estava ali na rua prejudicando, enfeando. É mais uma situação de higienização social do que qualquer outra coisa. Não vi cuidado ou preocupação (por parte dos representantes do poder público) de verdade com a situação deles. A maioria estava sem máscaras, não era uma questão de cidadania e direito. Era um favor que se estava fazendo para eles (Vilma).

Durante o trabalho de campo feito no local, o discurso da caridade era empregado com frequência. Ao mesmo tempo, faltavam médicos, as doações estavam trancadas em uma sala (o que causava desconfiança entre abrigados e equipe) e sentiam que as horas demoravam a passar sem uma atividade que pudessem realizar.

Ao longo dos últimos anos é perceptível o aumento dos índices de desemprego no país e o aumento de pessoas residindo na rua. Devemos frisar este ponto para justificar histórias de rompimento de laços familiares, mas também de perda das condições materiais de reprodução. Sendo assim, esta população está na rua, em alguns casos, tendo endereço em outros municípios (Rio de Janeiro e Niterói são as principais cidades de procedência), em outros, vivendo em bairros da cidade - que tem uma população estimada em 503 mil pessoas segundo dados de 2018. A pesquisadora e professora da Universidade Federal Fluminense, Erica Almeida observa que:

E o que eu achei curioso era que muitos deles se envolvem com atividades de catação de reciclável, que podem realizar na rua, lavam carros, prestam serviços na rua. Tem um grupo menor que se envolve realmente e vende drogas, pela identificação que ela me faz é que isto é sempre um grupo menor [pausa]. Mas tinha uma coisa interessante que eu não tinha identificado na literatura que eu tinha lido [oração acelerada com ênfase na descoberta] que é a questão [pausa para enfatizar o termo posterior] dos jovens. A gente sempre teve uma população adulta e idosa neste mapeamento e a gente identificou uma faixa etária mais jovem. E nas entrevistas ela descobre que esses meninos são vítimas das disputas do mercado de varejo de drogas nos bairros. Então Macaé expulsa você da Malvinas, te expulsa da cidade com a chegada de outra facção. Campos também, em fim, para quem estuda isto já é uma questão. Mas eu tinha identificado isto a partir da literatura, [que diz] que meninos mais jovens estão nessas disputas de facção que obrigam eles irem embora. Lá no Eldorado eu mesma presenciei várias famílias tendo que mandar seus filhos embora de lá. Corridos! E quem tinha um parente no Rio de Janeiro mandava ele [a criança] para casa de parente, mas quem não tinha devia ser mandado embora. E sem lugar para ficar, acabava na rua. Era uma fuga! Então a gente encontrou meninos que tinham sido expulsos de suas casas. Encontramos um de São Paulo e um de Macaé. E com relação às mulheres, que são minorias, a gente percebeu algum caso de violência sexual. A violência sexual geralmente de padrastos e pai. Pessoas das famílias que obrigavam essas meninas de certa forma a deixarem a família.

E sobre o comércio observa que:

Eu acho que há uma reação muito desmedida dos comerciantes. Eles nunca se interessaram aqui em Campos em construir uma política pública, em discutir uma ação pública, eles só pensam na limpeza – do higienismo. Pensam segundo o higienismo, apenas como essas pessoas podem ser retiradas, como era no século XIX e XX, e as experiências recentes no Rio (Erica).

Considerada a maior cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, Campos polariza as cidades da região e exerce a função de cidade média (SILVA apud SPOSITO, 2018). Historicamente o município se destacou em escala nacional devido ao seu dinamismo econômico, primeiramente com a indústria sucroalcooleira e, mais recentemente, pelo recebimento de recursos provenientes da exploração da Bacia de Campos. No entanto, essa opulência financeira não se reverteu em desenvolvimento socioespacial, de modo que seu espaço urbano é marcado pela desigualdade e pobreza extrema (idem).

O fato é que a implantação do Sistema Único de Assistência no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva possibilitou o tensionamento das formas de gestão desta população, alterando a forma de filantropia vigente até aquele momento. Durante a nossa ida a campo o discurso da filantropia (juntamente com a atuação das freiras na praça São Benedito) cruzava o espaço público com frequência. Tivemos dificuldades no acesso aos documentos sobre procedimentos de abordagem junto a esta população, um dos exemplos do improviso presente na condução das ações para funcionamento do abrigo Manoel Cartucho.

Sobre filantropia importa ressaltar:

Antigamente a gente só tinha as instituições filantrópicas atuando neste campo e isso era muito confortável. E a Prefeitura gosta de certa forma – todos os governos gostavam dessa relação! Eles gostavam dessa relação. A partir do momento que o Governo Federal adotou esta política e incorporou para o campo das Políticas Públicas esta parcela da população isto incomodou. Isso tirou as pessoas da mesmice, deixou de ser uma postura cômoda. Isso alterou as relações entre poder público e as instituições filantrópicas, de mais de 80, 100 e 120 anos aqui [Campos]. Tem algumas que são até pré-republicanas [risos]! Mas enfim, isso mexeu – isso de trazer pro público. Só! Só que existe uma vanguarda no poder público, e uma vanguarda que começa a ficar cansada, a sofrer muita pressão, começa a ser mandada para Morro do Coco. Há uma expressão para; que todo mundo que é da assistência e contra qualquer medida do Governo é ameaçado e mandado para lá, costuma dizer que “*Morro do Coco tem os melhores técnicos de Campos*” [risos]. Porque todos os críticos são enviados para Morro do Coco! Então você tem uma vanguarda na assistência que é muito penalizada, que é perseguida por todos os Governos.

Como construir políticas públicas sólidas e eficientes para combate a uma pandemia quando existe uma ausência histórica de arena pública, perseguição aos concursados e boa parte dos trabalhadores autônomos (RPAS) sem receber salários por meses?

A considerar os anos recentes, o desemprego e os problemas de moradia vem contribuindo para o aumento da população vivendo na rua. Majoritariamente homens. Nem todos conseguem acessar os programas públicos como o aluguel social. Este cenário contraria uma certa representação corrente de que esta população acaba nas ruas por uma biografia arruinada. Talvez um dos achados deste artigo seja a possibilidade de repensar uma população que é mais jovem, que não faz uso de drogas nem álcool (embora exista uma parcela que transaciona com este universo) e que teve suas condições de existência comprometidas pela retirada do Estado quanto a programas sociais e políticas públicas que funcionavam como uma rede de proteção até então. Um dos resultados deste improviso pode ser observado na aglomeração diária em uma das praças centrais da cidade.

Retomamos aqui uma interação na fila das irmãs do Jardim São Benedito. A depoente relata que possui uma parente que é ativa em setores da Igreja Católica local. Esta parente organizou campanhas de arrecadação de alimentos para serem entregues às freiras do Jardim São Benedito que ofertam alimentação as pessoas moradoras de rua. Segue a interação vivida entre uma professora da Universidade Federal Fluminense e um de seus informantes:

Elas conseguiram muito feijão, muito alimento e fizeram a cesta. Aí essa pessoa da família me pediu para ajudá-la a levar essas cestas no carro, o carro estava lotado. Aí eu pensei “caramba, eu não vou poder descer”. Aí ela foi entregando e o Seu Osmar veio ajudar, e gritou: “Professora, professora”, eu o entrevistei em 2016, e eu disse: “Seu Osmar, seu Osmar! Por que vocês estão tão juntinhos na fila?”. Aí ele me disse: “professora, não dá para fazer separado como o pessoal quer que a gente faça não. Se não chega um, fura fila e dá uma briga. Eu tenho até medo de dar morte aqui! De um pegar um pau e dar na cabeça do outro porque, porque se ficar separado o pessoal fura - quem tá lá atrás vem para frente”. Então o pessoal achou por bem ficar tudo junto, sem máscara. Eu tinha oito máscaras aí eu dei para ele [seu Osmar] e o pessoal se aproximou do carro pedindo e eu disse que levaria.

Para entender as relações de trabalho, pobreza, filantropia e a dinâmica histórica de Campos, devemos retomar o caso de Seu Osmar:

[...] Seu Osmar costuma ir lá na fila todo dia para pegar quentinha para pessoas conhecidas dele que não podem ficar na fila. Esse seu Osmar não dorme mais na rua, ele está trabalhando numa casa em troca de um quarto nos fundos, uma casa com um pé de árvore, tipo uma chácara⁴. A pessoa que ficava lá ficou internada, veio a falecer e como ele ia muito lá [na casa] o dono perguntou se ele não poderia trabalhar lá em troca de comida e em troca de morar. E ele aceitou! Eles [“contratante”] compram remédio para ele quando não há na farmácia, na maioria das vezes ele não consegue. Aí ele [Osmar] acorda cedo, faz todo o serviço externo da casa, varre as folhas, poda as árvores, limpa a janela externa, faz tudo de limpeza externa [...]. E na parte da tarde ele não tem nada para fazer, então ele me disse que sai para rua para conversar com os amigos. Então por isso que ele costuma pegar a quentinha pro amigo que fica na rua. E aí ele falou disso, ajudou a carregar as coisas, super agradeceu e aí eu dei as 8 máscaras para ele (Leda, professora UFF).

A pandemia coloca a necessidade de rever os equipamentos oferecidos a esta população não apenas no momento atual, mas como uma forma de “inclusão produtiva”:

A questão, por exemplo, da inclusão produtiva, a questão da descoberta de potencialidades [do indivíduo], a questão da rua e os chamados suportes essenciais: que é uma pia, que é um chuveiro, que são banheiros químicos ou o banheiro público. Eu lembro que eu participei duma reunião que foi provocada pelo Comitê e foi discutido o motivo dos banheiros químicos já que os pontos de ônibus já tinham banheiros - banheiros químicos só iam gerar mau cheiro na Praça São Salvador. Então, coisas essenciais não só por conta da Pandemia; se tivéssemos esse hábito de lavar as mãos, do banho, esse hábito e tudo mais. Eu não sei se o banheiro dá; eu nunca fiz monitoramento. Eu até falei com o pessoal: “*não seria necessário à gente fazer este monitoramento?*”. Monitoramento dos banheiros dos pontos de ônibus para saber se eles têm ao menos água – eu nunca entrei. Fazer um monitoramento mesmo dos banheiros dos pontos de ônibus. Se todos os lugares nos pontos de ônibus possuem água e chuveiro para banho, se tem, as pessoas precisam ser orientadas que podem usar! Porque muitas portas são fechadas pela própria portaria, pelo próprio vigilante e guardas municipais para essa população. Porque a negação sobre esses sujeitos em situação de rua é histórica (Leda Barros, professora UFF).

As representações sociais sobre esta população acabam por interferir nas formas de resolução e encaminhamento de soluções. Leda aponta que “a justificativa é sempre para

⁴ Vale destacar que este tipo de casa descrita pela depoente revela o passado aristocrático e rural da cidade de Campos, cuja arquitetura urbana na segunda metade do século XIX era composta por chalés a moda europeia e chácaras em arquitetura neoclássica. Um exemplo duma chácara urbana é perceptível no atual Colégio Estadual Nilo Peçanha, localizado no antigo domicílio de veraneio desta família.

inviabilizar o atendimento e a garantia de direitos”. Sobre a escolha do Manoel Cartucho, hospital administrado pela Santa Casa e que foi disponibilizado para abrigar esta população:

Confesso para você que eu não entendi muito por conta da questão do Manoel Cartuxo. O Manoel Cartuxo foi o produto dum debate virtual que nós tivemos. Que nós tivemos, digo assim: a primeira opção era o CEPOP. Porque já teve o abrigo de inverno lá e deu super certo dentro de algum ponto de vista. Do ponto de vista do local. Do ponto de vista do arejamento. Do ponto de vista das coberturas [no sentido de serviços ao público]. Do ponto de vista da fixação – muitos ficaram durante os dias longos de inverno, saindo de lá só em setembro, quando o inverno acabou. Eles saiam para circular na rua e tudo mais, com muitas dificuldades já que era uma área muito distante das que eles costumavam circular e suprir as necessidades materiais – de ganhar alguma coisa, vender, pedir. E acabou tendo um êxito importante à época. E aí que eu sugeri [interrupção seguida de alternância de argumento]; isso foi na semana antes de 12 de março. Eu falei: *“gente, já tem todo um debate no Brasil sobre o contato do contágio”*. Aí eu fui dando alguns toques e tudo e disse que era preciso que a gente se antecipe e não deixar para arrumar um espaço depois de tudo instalado [a pandemia]. Aí depois de uma semana, depois de buscar local, eles foram ao CEPOP, mas já estava negociado e acertado para vacinação. E aí encontraram a possibilidade do Manoel Cartuxo. Tipo assim: em pouco tempo o Manoel Cartuxo apareceu como possibilidade concreta. E identificaram problemas estruturais lá. Aí eu coloquei assim: *“olha, mais que problemas estruturais? O banheiro funciona? Se não, não dá. Ninguém vai fazer a necessidade do lado de fora. Então coloca o banheiro químico na área externa, com um sistema de chuveiro!”* [...].

A política feita com base em ameaça quanto a perda de cargos, truculência da parte dos gestores no trato com a sociedade civil, uso de mídia corporativa com exposição de imagens frontais desta população, caracterizam um quadro instável e permeado por conflitos. Até mesmo os seguranças (sem qualquer identificação) expressavam o medo de qualquer ato que pudesse sofrer retaliação posterior. Em um dos casos, uma equipe de jornalismo acessou o pátio interno com um carro identificado. Fez uma matéria sobre as reclamações dos abrigados. Minutos depois, em visível situação de pânico, o diretor do Abrigo saiu à calçada para questionar quem havia permitido a entrada daquela equipe. Era uma cadeia de ameaças e responsabilizações que poderiam custar o emprego destes trabalhadores. E por isto a defesa do Abrigo deveria ser pública, em redes sociais, em todos os espaços da Prefeitura. O que exemplificava ainda mais sua fragilidade.

Como seria possível avaliar a eficácia da política? Sem a presença dos Conselhos da Sociedade Civil? Percebemos um trânsito que evidenciava o fato de que muitos dos abrigados não estavam permanecendo no Abrigo.

A notificação da Defensoria Pública confirmou o que já vinha sendo denunciado por integrantes do Comitê de Crise. Segundo um dos defensores entrevistados, o fim de políticas sociais (como o Restaurante Popular) voltavam em meio a Pandemia como uma cobrança sobre a cabeça dos gestores:

O segundo ponto é sobre o acolhimento que foi feito no Abrigo Manoel Cartuxo. Bem, a despeito da boa vontade das pessoas que estão envolvidas no projeto, obviamente só boa vontade não basta, já que estamos falando de um cenário maior, que é o de Política Pública, o que me parece que esta disponibilização do espaço demonstra um improviso. Porque foi feito com muito esforço, com muito sacrifício para preparar para receber esse morador em

situação de rua, depois de uma recomendação da Defensoria Pública, visando o atendimento desta população. E mostra um improviso porque se tivesse uma Política Pública constante não necessitaria de se buscar as pressas este local! No meu modo de ver faltou esta continuidade, até mesmo porque o município me parece entre dois olhares: primeiro um olhar da população geral capitaneada pelo comércio, que é um olhar higienista. As pessoas não querem moradores em situação de rua em frente às casas delas, não querem no Jardim São Benedito, não querem no Centro. Não querem porque elas fazem as necessidades fisiológicas na rua, elas enfeiam a paisagem. Existe uma voz na sociedade [Campos] clamando por limpeza. E por outro viés existe o olhar dos técnicos, dos assistentes, do Conselho Municipal; da psicologia e dos profissionais da saúde que o acolhimento não deve ser baseado nessa limpeza, muito pelo contrário! Deve ser baseado na percepção do problema, no diálogo. Para a criação de soluções para que essas pessoas se vejam a deixarem a rua. E me parece que entre uma e outra o poder público não entra com ênfase em nenhuma delas. Talvez com medo de desagradar um lado ou outro. Parece que no que tange a esta Política Pública o Governo anda no fio da navalha. Ele não defende publicamente nenhuma e nem outra, muito embora os técnicos defendam essa segunda opção que eu te falei. Que não o sentimento da limpeza, este é o sentimento das pessoas que trabalham no município – técnicos. Eu não vejo o município defendendo, na pessoa do Chefe do Executivo, uma ou outra medida, considerando que vai desagradar [...].

Foto 2: Prefeitura Municipal: população em situação de rua e COVID-19 População dormindo na rua no centro de Campos dos Goytacazes



Fonte: Google imagens

Se considerarmos que o termo “população em situação de rua” relativamente recente nos trabalhos sobre o tema no Brasil (DE LUCCA, 2007) se faz necessário problematizar as associações (principalmente publicadas pela grande mídia e incorporadas pela opinião pública) entre este grupo social e biografias de fracasso social (abuso de drogas, álcool e práticas delituosas) e em períodos nem tão distantes, à mendicância. Até a década de 80 podemos encontrar em revistas e no debate público o termo “mendigo” para nomear pessoas vivendo em situação de pobreza, sem moradia fixa e próxima à comércios de grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. A questão central para compreendermos o crescimento desta população nos anos recentes deve ser localizada na relação entre o crescimento das cidades (principalmente observando os fluxos migratórios) mas também como resultado da desfiliação de pessoas dos processos sociais (pertencimento familiar, mundo do trabalho, religião, comunidade, etc).

A construção do conhecimento sobre esta população possibilitou a organização de um saber qualificado de agentes propícios a intervenção (entidades religiosas, terceiro setor, grupos da sociedade civil em campanhas de fraternidade) a produção de pesquisas (Universidades, agentes do direito e da medicina) e o controle do Estado (principalmente através da polícia e da assistência social).

Outro fator decisivo tem relação com o solo urbano, a função social da propriedade e o direito à moradia. O surgimento do Movimento de Trabalhadores sem Teto (MTST)⁵ e as constantes ocupações de prédios e conjuntos habitacionais nos informam claramente do problema vivido nas últimas décadas do século XX para trabalhar e viver na cidade. A quantidade de trabalhadores dormindo sob as marquises da avenida Presidente Vargas no Rio de Janeiro⁶ evidencia a dificuldade colocada para os que precisam pagar diariamente uma passagem de deslocamento de trem para regiões distantes do centro.

A criação do Hotel de um Real na Central do Brasil e sua constante lotação demonstra como o valor do transporte e do salário impossibilitam que esta parcela da população retorne aos seus lares. Eles (as) constituem parte da população em situação de rua ao passarem cinco dias da semana dormindo sob marquises na Central do Brasil?

A relação estabelecida com o Estado é complexa quando consideramos projetos de limpeza urbana, reformas paisagísticas, discussões sobre como “livrar-se” de tipos sociais que comprometem o valor dos imóveis de uma região. Por outro lado, se lembramos da Chacina da Candelária como evento limite (mas não exclusivo) da solução para a tensa relação entre comerciantes, policiais e meninos “de rua”, devemos acessar o caráter violento desta relação. O apoio de parte da opinião pública completa um quadro no qual o indivíduo que vive na rua não é bem-vindo nas praças, espaços comerciais e bairros conservados. As reclamações sobre uma população que “enfeia” a cidade são constantes em veículos de comunicação.

A cidade de Campos dos Goytacazes, mais conhecida por abrigar a Bacia de Campos e ser o reduto eleitoral da família Garotinho, pode causar espanto aos que a visitam pela primeira vez:

Para aqueles que nunca estiveram no norte fluminense do Estado do Rio de Janeiro e apenas ouviram falar sobre os valores relativos às participações especiais advindas dos royalties do petróleo, a passagem pela cidade de Campos dos Goytacazes pode causar surpresa. Para apresentar um recorte temporal, a maior cidade do interior do estado em extensão territorial e uma população em torno de 500 mil habitantes, foi beneficiada pelos royalties entre 2017 e 2019 com valores que batem a casa de um bilhão de reais. Ao que tudo indica, quanto maior o volume de royalties transferidos, menor tende a ser o

⁵ O Movimento de Trabalhadores sem Teto surge em 1997 com o objetivo de organizar os trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: a periferia. O movimento questiona a função social da propriedade, está inserido nas principais capitais do Brasil tendo como principal bandeira a luta por moradia digna.

⁶ Trabalhei durante os anos de 2006 e 2008 na Faculdade Nacional de Direito e transitava com frequência na Central do Brasil. Eram comuns as cenas de dezenas de homens enfileirados sob as marquises que trabalhavam nos comércios locais.

crescimento econômico do município, como observa o economista Fernando Postalis. Como a queda brusca da Participação Especial no repasses destes recursos poderia afetar os municípios fluminenses durante uma pandemia? Ou melhor, como a má aplicação dos recursos será sentida quando o município precisa dar respostas à população? (SILVA, 2020).

Localizada no Norte Fluminense do Rio de Janeiro, Campos pode ser pensada como cidade média a considerar seu meio milhão de habitantes. Parte desta população está ligada ao setor de petróleo e gás. A Prefeitura Municipal e o setor de serviços e educação são centrais na economia da cidade. A considerar sua extensão, com aproximadamente 110 bairros e 14 distritos, Campos tem uma economia centrada em atividades pouco dinâmicas. Além disto, a permanência de trabalho escravo e relações de exploração colaboram em um quadro de desigualdade social não estancada.

A atual administração retirou uma série de projetos sociais de mitigação da pobreza e seria possível ter como hipótese que o aumento do número de pessoas vivendo na rua guarda relação direta com o quadro apresentado acima. Entre eles o fechamento do Restaurante Popular no centro de cidade impactou diretamente a vida desta população uma vez que muitas refeições (café da manhã e almoço) eram servidas neste espaço. Em entrevistas realizadas foi possível compreender que a população vivendo na rua aumentou, mas não os aparelhos do Estado para assistir a esta população:

“Na área de assistência são mantidos os equipamentos que já existiam no governo de Rosinha, que são os equipamentos de média complexidade, como o Centro Pop. E temos também o de alta-complexidade, como eu falei para você [...] que são equipamentos de abrigo, que são o Lar Cidadão, Casa de Passagem e o abrigo Francisco de Assis. Lar Cidadão e Casa de Passagem são mantidos exclusivamente por incentivos públicos, recursos municipais. E o Abrigo São Francisco é uma instituição espírita que é co-financiada pela Prefeitura”. A Casa de Passagem e o Lar Cidadão ofertam 20 vagas cada (homens/mulheres); o Abrigo São Francisco oferta 15, sendo portanto, 55 vagas no total para abrigar pessoas (Janira, assistente social).

Durante esta entrevista nos foi relatada a dificuldade na comunicação entre as Secretarias (Desenvolvimento Social e Saúde):

“Quando eu questiono, por exemplo, para onde as demandas de saúde são encaminhadas, é basicamente as questões de urgência e emergência - é sempre quando esse usuário está no seu limite! É uma questão de acidente, ou é uma questão de violência, uma questão de saúde muito violenta [...]. |Eu não vejo, quando eu pergunto sobre a assistência sobre a saúde dos usuários, é que eles [funcionários dos equipamentos] conhecem alguém dentro da área de saúde. Aí esse funcionário técnico liga para alguém, para um amigo do posto x, em algum outro bairro. Isso é uma fala recorrente também dos coordenadores dos abrigos, que ligam por intermédio de contatos pessoais e para pedirem auxílio para esse usuário - desse morador de rua, mesmo se ele estiver abrigado (Janira, Assistente social)”.

Quando pensamos nas possíveis formas de inserção desta população, devemos observar que o processo de deterioração do corpo e os possíveis comprometimentos psíquicos ou abuso de substâncias também guarda relação com a existência ou não de políticas públicas de assistência:

A maior dificuldade dos moradores de rua é a questão dos dentes. Como não há um atendimento de acompanhamento mais especializado, o morador de rua quando sente dor de dente vai ao PU e recebe apenas o tratamento para solucionar o problema. E ele acaba quase sempre perdendo os dentes pela falta de tratamento. Acabam vivenciando dificuldades de conseguir emprego, ficam visualmente debilitados (Janira, assistente social).

A partir do Relatório Técnico sobre a População em Situação de Rua⁷ (2018/2019) elaborado pela Prefeitura de Campos podemos observar que:

1. Aproximadamente 100 pessoas foram alcançadas pelo Centro- Pop nos anos aos quais o relatório faz referência
2. Os principais locais de realização das abordagens são a praça São Salvador, a frente do Banco do Brasil (Praça), Praça da República, Fina Flor, Correios, Jardim São Benedito, Rodoviária, Viaduto, Beira Valão/ Formosa e outros.
3. Os atendimentos são realizados pela ordem: Casa de Passagem, Lar Cidadão, Grupo Francisco de Assis.
4. Destes atendimentos os homens representam 87% (2019), mulheres 13% (2019).
5. Quanto a cor os pardos representam 48%, pretos 24% e brancos 28% para o mesmo período
6. Em relação ao estado civil, 85% das pessoas atendidas no Centro Pop declaram a condição de solteiro.
7. Como esperado, 93% dos atendimentos são à pessoas sem renda
8. E seguindo o quadro, 61% declara como escolaridade “ensino fundamental incompleto”.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da PMCG 2018

Este quadro sintetiza um perfil conhecido das formas de exclusão e por este levantamento podemos inferir que esta população é composta por homens não brancos com baixa escolaridade e dificuldades para aferir renda.

O problema social “população em situação de rua” torna-se objeto de intervenção estatal quando uma pandemia torna estes indivíduos potenciais alvos de contaminação. E esta situação expõe todas as complexidades da relação entre ambos. Passemos a cartografar algumas destas dificuldades para fazer avançar o artigo. Em primeiro lugar, os espaços ocupados por esta população, como a Praça São Salvador, tornam-se espaços de moradia e laços são criados. Entre eles, com a população, com o comércio, com a cidade e os serviços oferecidos. Em segundo lugar, o poder público (particularmente a gestão atual) é orientado por percepções que ainda associam esta população ao uso de drogas, álcool, pequenos roubos e por fim, a rua como resultado de seu fracasso social. Todo o discurso coletado durante a pesquisa com os gestores explicitava uma ideia de “missão”, “amor ao próximo”, “estão ganhando tal benefício”. Um problema de compreensão sobre a separação entre esfera pública e o privada demonstrada em campanha de arrecadação junto a sociedade civil de itens de higiene⁸ em projeto intitulado “Amigos da Rua”. Ou seja, da rua, não

⁷ Agradeço a Professora Leda Barros (UFF) pela enorme colaboração no acesso aos documentos. Relatórios, teses, monografias e dissertações foram enviadas além de diálogos fundamentais na compreensão do fenômeno.

⁸ Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=58156

estando na frase os seus ocupantes. Provavelmente o título foi pensando tendo em vista a possibilidade de suavizar a rejeição histórica a esta população.

Diariamente chegavam ao abrigo alimentos, roupas, sapatos e itens de higiene. Permaneciam trancados em uma sala a frente da enfermaria improvisada (já que não haviam enfermeiros e médicos até aquele momento). Em terceiro lugar a permanência no Abrigo era um tema constante pois os horários de entrada e saída inviabilizavam os “bicos” realizados por parte destes abrigados. Além de reclamações sobre café da manhã insatisfatório, situação que gerou momento de tensão entre pesquisadores, gestores e sociedade civil após denúncia veiculada em jornal da cidade⁹. Posteriormente as observações feitas foram encaminhadas de forma oficial ao Ministério Público, Defensoria Pública e Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social da Prefeitura de Campos dos Goytacazes¹⁰.

A resposta da Prefeitura foi dada em dois espaços distintos: o primeiro, nas redes sociais de prestadores de serviços (cujos salários estavam atrasados no momento das denúncias). Os apoiadores expressaram termos que remetem a esferas morais como “nossa resposta sempre será com trabalho”, “parabéns, estamos com vocês”, “acusação infundada”, “usam o momento para se promover” O subsecretário da pasta afirma nestas redes a existência de objetivos políticos uma vez que 2020 é um ano eleitoral e a popularidade do atual prefeito segue muito comprometida. A outra resposta foi a exposição diária de vídeos¹¹ e imagens¹² dos abrigados em sites e veículos oficiais da Prefeitura, com depoimentos sobre a qualidade dos serviços. Curiosamente, fomos impedidos de entrar na Sexta-Feira Santa para partilhar o café da manhã com os abrigados. Fizemos o uso das calçadas. Entre os itens do café: bolos, frutas, aipim cozido, sanduíches. Participaram aproximadamente 25 abrigados e em menos de 30 minutos tudo foi consumido. Mas pelo regulamento do Abrigo eles haviam acabado de tomar o café da manhã. Nunca foi possível acessar o cardápio e nem o profissional de nutrição que o poder público alegava existir.

⁹Disponível em: <http://www.folha1.com.br/conteudo/2020/04/geral/1260023-comite-denuncia-falhas-em-relacao-a-alimentacao-de-abrigados-no-manoel-cartucho.html>

¹⁰ Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2020/04/13/comite-faz-denuncias-sobre-abrigo-de-moradores-em-situacao-de-rua-no-manoel-cartucho/>

¹¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/PrefCamposdosGoytacazes/videos/913656819082479/UzpfSTc4MDg5NjA5NDoxMDE1O.DQ00Dc3MTA3NjA5NQ/>

¹²Disponível em: <https://www.facebook.com/PrefCamposdosGoytacazes/photos/pcb.2795236480596149/2795234453929685/?type=3&theater>

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Foto 3: População em situação de rua no Abrigo Manoel Cartucho



Fonte: Google imagens

Ao término deste artigo concluímos que o caso apresentado no abrigo Manoel Cartucho exemplifica a situação de vários municípios no Brasil em sua forma de combate ao COVID-19. A pressão para abertura do comércio em Campos e em outras cidades brasileiras (com a exibição de shoppings recebendo a população), hospitais de campanha não entregues, desvio de orçamento emergencial para o combate à pandemia são apenas alguns dos exemplos das formas de improviso e má fé institucional. Além disto o governador do Estado Wilson Witzel (Partido Social Cristão) teve aberto o processo de impedimento pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 10 de junho com base nas apurações da operação Placebo que investiga “indícios de desvios de recursos públicos destinados ao atendimento do estado de emergência de saúde pública” segundo Agência Brasil de Comunicação. Em Campos dos Goytacazes o prefeito Rafael Diniz (Partido Popular Socialista, atual Cidadania) também sofreu críticas pela forma de compra de merenda emergencial para alunos da rede municipal de educação. Segundo as famílias, além de poucos itens, as cestas custariam mais barato no comércio local. Outros exemplos demonstram como a COVID-19 possibilitou a gestores a suspensão de um horizonte no qual a transparência nas contas públicas seria obrigatória.

A COVID-19 explicitou relações de precariedade anteriores a pandemia vivida desde janeiro de 2020 de forma global. Neste artigo optou-se por um recorte geopolítico municipal para tratar da população em situação de rua. O observador urbano atento aos grandes centros pode experimentar diretamente a percepção de que nos últimos 4 anos esta população tem crescido. Cidades de porte médio como Campos dos Goytacazes seguiram este crescimento. Com uma população em situação de rua orbitando entre 160 e 220 pessoas, Campos possui pontos de concentração próximos ao centro da cidade.

Com o recrudescimento de políticas sociais e avaliando a queda dos empregos e problemas relacionados a moradia, violência e vulnerabilidade social, o artigo problematizou a condução de uma política focada nesta população: a instalação de um abrigo provisório.

Após a realização de campo, análise documental e entrevistas, concluímos que dois traços se destacam na ação do poder público em Campos: o imprevisto e a desconfiança. Quando empregamos o termo imprevisto, devemos ordenar as ações que foram descritas ao longo do artigo: a) precariedade das instalações com abrigados dormindo no chão (fato constatado e registrado pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público); b) falta de transparência no acesso às informações, c) truculência na relação com a Sociedade Civil, com o uso de redes sociais para “desmentir” relatórios; d) inexistência de médicos, testes e máscaras durante a instalação do Abrigo Manoel Cartucho; e) controle precário sobre a circulação dos abrigados entre o dentro e o fora do espaço (sem uso de qualquer equipamento de proteção individual). E por último, uma ala inacabada de isolamento que segundo o diretor “não seria usada, uma vez que havia uma ambulância de plantão para levar abrigados com sintomas aos hospitais”. Seu relato final declarava ser este um problema já que os hospitais estavam lotados. Ou seja, um imprevisto perigoso. Mais perigoso porque a circulação entre dentro e fora é feita sem uso de máscaras. Uma vez que eles saem durante parte do dia, deveriam usá-las. Além disto com a queda das temperaturas em abril, e sendo o local relativamente úmido, não é desejável que esta população permaneça dormindo em colchonetes rentes ao chão. Seria importante a existência de mais dispensadores de álcool gel dentro do hospital. Encontramos apenas um, próximo a uma copa ao lado dos banheiros. As imagens divulgadas pela Prefeitura mostram pessoas almoçando coletivamente em um espaço fechado e sem máscaras. E sem o distanciamento protocolar estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (SILVA, 2020)

O segundo traço é a desconfiança. Um termo curioso quando tratamos de temas públicos, mas que tem uma funcionalidade a ser explicada aqui, pois incide diretamente na política destinada a população em situação de rua durante o COVID-19. Além das dificuldades de acesso¹³ era perceptível relações hierárquicas pautadas em interação violenta. Em uma das visitas, um grupo de aproximadamente dez pessoas (entre pesquisadores, agentes de saúde mental, conselheiros e colaboradores do Comitê de Solidariedade) assistiram o subsecretário dirigir-se a uma colega de trabalho aos gritos. Tentamos intervir e fomos surpreendidos pela fala da assistente social de que “não se incomodava com aquilo”. O que esta rede de relações revelava? Que as relações cotidianas entre esta equipe são pautadas pelo medo (não são concursados) sendo e desconfiança com aqueles externos a equipe uma forma de manutenção das relações precárias de emprego (uma vez que seus vencimentos não estavam em dia durante nosso trabalho de campo). A Prefeitura de Campos, como grande parte das pequenas cidades do interior do Rio de Janeiro, tornou-se ao longo dos anos recentes, um dos principais empregadores e este dado é um entrave à construção de uma cidade verdadeiramente democrática e com transparência na aplicação de recursos. Esta precariedade se

¹³ Desde abril de 2020 estamos impedidos de entrar no Abrigo Manoel Cartucho para realização de pesquisa ou das cooperações humanitárias.

estendia ao tipo de trabalho realizado. E o imprevisto era justificado por uma compreensão do trabalho realizado com esta população como uma “missão” a qual eles deveriam “ser gratos”. Os círculos de poder que se materializam em famílias que alternam o poder político eleitoral em Campos dos Goytacazes são elementos importantes para compreensão das relações de desconfiança. As campanhas de solidariedade que tem ocorrido na cidade acabam por realizar o que deveria ser feito pela Prefeitura¹⁴.

A pandemia possibilita reflexões fundamentais sobre o caráter das políticas públicas, a organização das ações de emergência, o uso de tempo na tomada de decisões sobre isolamento social, fechamento e abertura do comércio. Em nossa pesquisa foi possível avaliar que resoluções improvisadas, entregues a população em tempos normais, podem ter custos muito mais altos durante a COVID-19. E neste caso, não apenas para a população alvo da política, mas para um número bem mais amplo de pessoas. Sem máscaras, sem leitos, sem médicos, os números em Campos atingiram no dia primeiro de junho a marca de 762 casos confirmados e 52 óbitos. A relutância em incorporar o discurso de pesquisadores e profissionais de ponta, apenas compromete a já frágil rede de assistência e desenvolvimento social na cidade.

REFERÊNCIAS

BARROETA, Héctor. Muñoz, M. I. (2013). Usos y significados de espacio público en personas em situación de calle. Um estudo em Valparaíso y Viñadel Mar. **Revista de Psicología**, 22 (2), 3-17. DOI: 10.5354/0719-0581.2013.30849.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2014.

_____. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2011.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social. **Relatório Técnico: população em Situação de Rua (2018/2019)**. Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

_____. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

¹⁴Neste quadro, a pandemia tem despertado ações de solidariedade por parte da sociedade civil. E isto é louvável. Mas a Prefeitura também tem solicitado doações. Como se o caixa do município precisasse de ajuda para fechar as contas. Recentemente foi lançada uma campanha no mínimo vergonhosa para uma cidade deste porte. A campanha “Amigos da Rua^{14”} pretende receber doações de lojistas e sociedade civil. Itens como sabonete, shampoo, condicionador, lençóis e toalhas de banho fazem parte dos itens solicitados. Lamentavelmente não existem dados sobre o valor ou itens arrecadados e as destinações. É como se a prestação de contas não fosse necessária em uma pandemia. Dispensa licitação, dispensa explicação, dispensa fiscalização (SILVA, 2020).

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a identidade deteriorada. São Paulo: LTC, 1981.

_____. **A apresentação do Eu na vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2014.

LIMA, Laura Alves; VASCONCELOS, Thaís Souza; SILVA, Leda Regina. Do macro ao micro: a questão do migrante em situação de rua em campos dos Goytacazes - Rio de Janeiro. In: Colóquio internacional de pesquisas e estudos migratórios e estudos migratórios, 2018. **Anais**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Serviço Social, 2019.

LIMA, Laura Alves. Relatório parcial de pesquisa. Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

ROBAINA, I. M. M. O trabalho de campo como um lugar em processo: experiências de uma pesquisa geográfica com a população em situação de rua numa grande metrópole. **GeoUsp**: espaço e tempo (Online), v. 22, n. 1, p. 241-256, mês. 2018. ISSN 2179-0892.

MEDEIROS, Jacinta de Aguiar. O processo de reimplantação da estratégia de saúde da família (ESF) no Município de Campos dos Goytacazes/RJ entre os anos de 2009/2015: Avanços e desafios. **Dissertação** (Pós graduação em Políticas Sociais) - UENF, Rio de Janeiro, 2018.

Operação Placebo aprofunda investigações sobre corrupção na saúde. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/operacao-placebo-aprofunda-investigacoes-sobre-corrupcao-na-saude>. Acesso em: 3 abr. 2020.

SILVA, Camila. **Primeiros moradores de rua chegam ao abrigo Manoel Cartucho**. Disponível em: https://www.folha1.com.br/_conteudo/2020/03/geral/1259616-chegam-os-primeiros-moradores-de-rua-chegam-ao-abrigo-no-manuel-cartucho.html. Acesso em: 03 abr. 2020.

SILVA, Diogo Jordão. **População em situação de rua e usos do território: análise das estratégias de sobrevivência na área central de Campos dos Goytacazes**. 2018. Dissertação (Dissertação em Geografia) - UFF, Rio de Janeiro, 149p. 2018.

SILVA, Luciane Soares da. **Coronavírus evidencia má gestão dos recursos públicos em Campos (RJ)**. Disponível em: <https://www.brasildetatorj.com.br/2020/04/14/opinioao-coronavirus-evidencia-ma-gestao-dos-recursos-publicos-em-campos-rj>. Acesso em: 19 maio 2020.

SOUZA, Tatiana Azeredo da Cruz. **População em situação de rua e “vínculos familiares fragilizados ou rompidos”**: demandas para as políticas sociais públicas em Campos dos Goytacazes/RJ. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, 2017.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel; SILVA, Fernanda Arantes e. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educação e Pesquisa**, n. 44, e170308. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201712170308>

UHL, Kamilla. **Campos implanta plano de ação contra coronavírus para pessoas em situação de rua**. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=58134.

VALENCIO, Norma; PAVAN, Beatriz Janine Ribeiro; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização. Norma Valencio (Org.). In: **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Paulo: Rima Editora, 2010. (v.2).

VIGNERON, Paula; GOMES, Maria Laura. **Comitê denuncia falhas em relação à alimentação de abrigados no Manoel Cartucho**. Disponível em:
<http://www.folha1.com.br/conteudo/2020/04/geral/1260023-comite-denuncia-falhas-em-relacao-a-alimentacao-de-abrigados-no-manoel-cartucho.html>. Acesso em: 19 maio 2020.

AUTORES:

Luciane Soares da Silva

Professora associada na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).
E-mail: lucianecoltrane@gmail.com

Yann Almeida Belmont Paula

Mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (PPGSP/UENF).
Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas e Regionais (GEPUR/UENF) e do Núcleo Cidade, Cultura e Conflito (NUC/UENF).
E-mail: almeidabelmont@gmail.com